



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Ouvidoria do Ministério da Economia
Gabinete de Ouvidoria
Coordenação de Ouvidoria
Divisão de Ouvidoria

Nota Técnica SEI nº 44782/2022/ME

Assunto: Resultado da Análise de Qualidade das Respostas de Ouvidoria do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

A presente Nota Informativa visa esclarecer a avaliação das respostas dadas pela ouvidoria do Ministério da Economia.

Fundamentação legal:

Artigos 13 e 23 da Lei 13.460, de 26 de junho de 2017:

“ Art. 13. As ouvidorias terão como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

Art. 23. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.”

Objetivo:

Analisar a qualidade das respostas publicadas pelos pontos focais nas competências julho/agosto de 2022.

Dos critérios:

Os critérios de análises se baseiam em dois pilares: “Tempo de resposta” e “Qualidade de resposta”.

I- O critério “Tempo de resposta” equivale a 02 pontos, 20% da avaliação total:

- a) 02 pontos para respostas com prazo de até 30 dias.
- b) 0,5 ponto para respostas com prazo prorrogado de 30 a 60 dias.
- c) 0 ponto para respostas com mais de 60 dias.

II- O critério “Qualidade de resposta” equivale a 08 pontos, 80% da avaliação total:

- a) 2 pontos para coerência na resposta: se a resposta apresenta coerência e objetividade ao que foi solicitado/questionado/relatado ou 1 ponto quando atendeu parcialmente ao critério.
- b) 4 pontos para atendimento da demanda: se a resposta esclarece todos os pontos que foram solicitados/abordados pelo cidadão ou 2 pontos quando atendeu parcialmente ao critério.
- c) 1 ponto para uso adequado da língua portuguesa: se a resposta aplica corretamente a norma culta da língua portuguesa (Linguagem Cidadã, evitou o uso de siglas e caixa alta).
- d) 1 ponto para a seleção correta do tipo de manifestação (reclamação / elogio / solicitação / sugestão / denúncia) e assunto, conforme tema abordado pelo cidadão.

Dessa forma, com base no resultado da avaliação, a manifestação receberá a seguinte classificação:

- a) Excelente - Acima de 9,00
- b) Bom - Entre 8,00 e 9,00
- c) Regular - Entre 7,00 e 8,00
- d) Ruim - Abaixo de 7,00

Da análise:

Foram avaliadas 14 manifestações (100%), do total de 10 recepcionadas nas competências julho/agosto.

Das 14 manifestações analisadas, verificou-se que:

- 12 manifestações foram respondidas dentro do prazo de 30 dias;
- 2 manifestações foram concluídas com prazo estendido entre 31 e 60 dias.

Quanto ao critério de qualidade de resposta:

- 2 não apresentaram coerência na resposta;
- 1 não respondeu a todos os questionamentos do cidadão;
- Todas fizeram uso adequado da língua portuguesa;
- Todas foram classificadas corretamente.

Diante disso, as demandas analisadas receberam as seguintes classificações:

- 10 manifestações foram classificadas como excelentes;
- 3 manifestações foram classificadas como boas;

- 1 manifestação foi classificada como regular.

Com isso, a unidade alcançou a nota de qualidade **9,71** pontos. As notas individualizadas encontram-se nos documentos SEI 29290036, 29290176 e 29290272.

Das observações:

Entre os pontos identificados na análise, destacamos as seguintes observações:

- a) inobservância do prazo legal para conclusão das manifestações;
- b) manifestações com respostas parcialmente coerentes;
- c) conclusão da manifestação sem analisar todos os pontos levantados pelo cidadão.

Recomendações:

Considerando a necessidade de aprimorar a gestão da informação e manter um diálogo transparente e objetivo com a sociedade, recomendamos:

- a) observar o prazo de conclusão das manifestações, conforme determina o art. 16 da Lei 13.460/17;
- b) se atentar na resposta, assim como no correto funcionamento ao informar link que direciona para a informação solicitada, verificando se não está sem uso, inoperante ou quebrado;
- c) analisar e responder com clareza e objetividade todos os pontos levantados pelo cidadão.

Conclusão:

Infere-se que a unidade observou os ditames da Lei 13.460/17. De toda forma, deve-se atenta para a recomendação apontada.

HÉLITON JOSÉ RIBEIRO
Coordenador de Ouvidoria

De acordo. Encaminhe-se a presente Nota Técnica ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para conhecimento e adequação de procedimento.

LUCIANA SILVA ALVES
Coordenadora-Geral de Ouvidoria



Documento assinado eletronicamente por **Heliton Jose Ribeiro, Coordenador(a)**, em 23/11/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Silva Alves, Coordenador(a)-Geral**, em 23/11/2022, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28448447** e o código CRC **AAA4E17D**.

Referência: Processo nº 13035.100569/2022-32.

SEI nº 28448447